



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

GÊNERO E EDUCAÇÃO: AMPLIANDO O DEBATE DA DIVERSIDADE NA ESCOLA

Anabela Maurício de Santana

Universidade Federal de Sergipe – E-mail: ana_santana@oi.com.br

Maria Helena Santana Cruz

Universidade Federal de Sergipe – E-mail: helenacruz@uol.com.br

Resumo: O artigo discute as relações de gênero e a (re)construção das diferenças no espaço da escola. A metodologia recaiu na abordagem qualitativa por esta permitir a coleta e análise de dados de maneira aprofundada considerando-se os aspectos explícitos e implícitos do fenômeno estudado, além de proporcionar a explicitação das subjetividades e a abordagem metodológica mostrou-se relevante para o conhecimento acerca da temática. Foram consultadas diferentes fontes de informação: documentos, estatísticas oficiais, priorizando-se as fontes orais por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com sete professoras da referida escola. Os resultados preliminares evidenciam que as respondentes inserem-se na faixa etária entre 38 e 62 anos. Os resultados informam as percepções sobre diversidade e diferenças construídas na escola, bem como sobre a definição e os lugares atribuídos a homens e mulheres, a divisão social e sexual do trabalho e os aspectos que influenciam na construção de seus projetos, expectativas pessoais e profissionais.

Palavras-chave: Gênero, Educação, Diferença.

Introdução

O olhar sobre a diferença e a desigualdade que orienta nossas práticas como docentes, significa reconhecer que as diferenças no espaço escolar nos remetem a pensar em uma educação livre de normatizações e de regulações sociais. Portanto, demandar o desenvolvimento de uma postura crítica em relação aos processos de naturalização da diferença, torna-se importante embora reconheçamos que desigualdades sociais e políticas acabam sendo inscritas nos corpos: corpos de homens e mulheres, por exemplo, tornam-se diferentes por meio dos processos de socialização. Meninos e

meninas são educados/as desde a mais tenra idade para que suas ações correspondam a modelos pré-determinados, e mutuamente excludentes, do que é ser homem ou mulher. Tais modelos variam em diferentes contextos históricos e em diferentes culturas, mas, em geral, os processos de formação estão orientados pela ideia de “diferença” – porque ser homem é diferente de ser mulher – e pela ideia de “desigualdade” – na qual ser homem é melhor do que ser mulher. A convivência com a diversidade implica o respeito, o reconhecimento e a valorização do/a outro/a, e não ter medo daquilo que se apresenta inicialmente como diferente.



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Esses são passos essenciais para a promoção da igualdade de direitos. A diversidade está presente em cada entrelinha, em cada imagem, em cada dado, nas diferentes áreas do conhecimento, valorizando-a ou negando-a. É no ambiente escolar que as diversidades podem ser respeitadas ou negadas. É da relação entre educadores/as, entre estes/as e os/as educandos/as e entre os educandos/as que nascerá a aprendizagem da convivência e do respeito à diversidade. A diversidade, devidamente reconhecida, é um recurso social dotado de alta potencialidade pedagógica e libertadora. A sua valorização é indispensável para o desenvolvimento e a inclusão de todos os indivíduos.

As questões de gênero são centrais nestas discussões, pois estão no cotidiano da escola e as táticas educacionais tendem a ser atravessadas por elas, sejam em direção às desigualdades e exclusões ou para promover deslocamentos nos modelos mais “tradicionais” de masculinidade e feminilidade.

O presente texto constitui um fragmento da nossa dissertação de mestrado¹ com o objetivo de analisar sob a perspectiva de gênero, o sentido, o significado do trabalho, a valorização da qualificação e de novas competências para as professoras do Ensino Fundamental de uma escola da rede estadual de ensino de Sergipe na cidade de

Aracaju, destacando avanços obtidos na construção da identidade, na ampliação dos direitos e da cidadania.

Ainda que a preocupação desta pesquisa recaísse sobre as experiências desenvolvidas entre o feminino e o masculino, procurou-se privilegiar o discurso sobre o feminino, sem deixar de recorrer, quando necessário, ao discurso sobre o masculino, para entender como as mulheres vivenciam no cotidiano as relações sociais de gênero. Gênero dá conta da diversidade da condição/experiência feminina em sociedades distintas, no tempo e espaço, possibilita pensar as relações entre os sexos no plano das relações sociais de gênero (entre mulheres e homens, bem como entre mulheres e mulheres e entre homens e homens). Parafraseando Sardenberg (1998) o conceito de gênero não substitui a categoria mulher, tampouco torna irrelevante pesquisas/reflexões sobre mulheres enquanto um grupo social discriminado. Ao contrário, permite que se pense essa categoria como uma construção social historicamente específica e como é legitimada a situação de discriminação, exploração e subordinação das mulheres.

Os dados aqui tratados foram produzidos entre os meses de outubro de 2012 a dezembro de 2013, na referida escola por meio da entrevista semi-estruturada e de questionário para



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

informações complementares. Participaram da pesquisa professoras com nomes fictícios: Afrodite, Artemis, Dakimi, Eva, Gaia, Hera e Oya inseridas no ensino fundamental dos turnos matutino e vespertino, independentemente da área e disciplina que ministram, do nível de instrução, idade, estado civil e filhos/as. As entrevistas foram gravadas e transcritas na íntegra de modo a preservar as falas das respondentes.

Contextualizando a discussão

Ao se pensar no trabalho docente na instituição escolar deve-se reconhecê-la como um espaço privilegiado de formação integral de crianças – homens e mulheres –, e de interiorização das desigualdades, visto que é uma instituição da sociedade que também a reproduz com suas diferenças, desigualdades e discriminações.

Desse modo, a escola, configurando-se num contexto social em que as construções sociais são vivenciadas, tende a tornar-se um lugar onde elas poderão ser pensadas e também contestadas. No entanto, podemos afirmar que ela é também o lugar onde essas diferenças e desigualdades podem ser contestadas, como um espaço de culturas que deve rimar com liberdade. Assim, a escola pode ser um espaço que estimula a mudança social, por isso precisa questionar estereótipos,

padrões sexuais e de gênero, assim como o sexismo e a homofobia.

O modo mais adequado para abordar o tema das relações de gênero, é o princípio da garantia dos direitos humanos a todos os sujeitos, independentemente do quanto estes se ajustam ou não aos padrões impostos socialmente. Sendo assim, os momentos vivenciados com as respondentes no espaço da escola nos convidam a pensar no sentido e significado da educação e da escola para as professoras, bem como na diversidade e a construção das diferenças na escola enfrentadas por elas.

O sistema educacional confere modelos de como ser homem ou mulher, masculino ou feminino, heterossexual ou homossexual, estabelecendo hierarquizações nos modos de ser dos sujeitos. Desse modo, os relatos das respondentes acerca da diversidade e construção das diferenças na escola foram homogêneos no que se refere ao não reconhecimento/percepção das diferenças:

Acho que não existe diferenças (Hera);

Não. Nunca percebi essas diferenças (Dakimi);

Não percebo nenhuma diferença (Eva);

Não há diferenças, eu não percebo, sempre nos sentimos iguais, apesar de



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

haver uns ganhando muito mais que outros (Artemis).

Observa-se a tendência à naturalização das diferenças no cotidiano de trabalho entre as professoras. Contudo, quando questionadas pela segunda vez, após alguns minutos de discussões, com o intuito de clarificar a temática, cinco das sete respondentes reconheceram a possibilidade de existirem essas diferenças; entretanto, argumentaram nunca ter refletido concretamente sobre o fato. Tomando como base a diferença de rendimentos entre mulheres e homens citada por Artemis, faz-se *mister* salientar que “a análise das desigualdades entre os rendimentos existentes entre homens e mulheres constitui elemento essencial para se pensar a influência do mundo do trabalho nas condições socioeconômicas das mulheres e evidenciar as diferenças de acesso ao mercado de trabalho” (BRASIL, 2013, p. 48).

As relações de gênero são construídas historicamente e desenham quais papéis sociais são destinados a homens e mulheres, são relações ancoradas pelo machismo e pelo sexismo e ainda estão muito presentes em nossa sociedade. Assim, cabe ressaltar que apesar dos avanços, as mulheres ainda se encontram em grande desvantagem em relação aos homens, sendo submetidas a situações de desigualdade econômica, social, dentre outras.

Outrossim, duas das respondentes enfatizaram:

Em nossa escola, percebe-se uma presença muito maior de profissionais do sexo feminino. Em geral, os professores não interagem muito com as professoras, a não ser em casos isolados. Os homens dialogam mais entre si e as mulheres, da mesma forma, também interagem mais com as colegas. Essa observação é feita considerando os horários dos intervalos (descanso) das aulas (Oya).

Quanto à divisão, é comum estarmos compartilhando conversas nos momentos de intervalo das atividades escolares. A maioria é formada por mulheres. Poucos homens realmente comungam diariamente nas conversas (Afrodite).

As desigualdades de gênero emergem nos embates das relações profissionais sempre que uma mulher passa a fazer parte de espaço reconhecido como sendo espaço masculino de atuação, e para se inserir, as mulheres precisam vencer barreiras relacionadas à idade, gênero e a diversos outros preconceitos. As disputas de espaço profissional realizadas entre homem e mulher exigem grande esforço das mulheres, pois não basta elas apresentarem as exigências de competência e capacidade profissional; hão de se superar e mostrar competência para ocupar os mesmos espaços que os homens, e, em muitos casos, mostrarem-se mais competentes que os homens, visto que as mesmas competências não garantem o espaço profissional. Regras de disputa são, muitas vezes, alteradas no



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

decorrer do processo para que homens possam ser beneficiados.

Observa-se que a maioria dos cargos de poder relacionados às diversas profissões são ocupados por homens, e quando ocorre de uma mulher conquistar e ocupar um determinado cargo de poder, para ela manter-se neste não é fácil. Portanto, a sustentação das posições alcançadas provoca desgastes nas mulheres, e há situações em que elas se demitem por não suportar as pressões e boicotes masculinos, tanto no espaço público quanto também na esfera doméstica. Isso posto, cabe salientar que a equipe diretiva da escola é composta por três mulheres, sendo uma diretora e duas coordenadoras pedagógicas.

Assim, quando questionadas acerca de a escola ser administrada por mulheres, as respondentes relataram não ter nenhum tipo de problema, salientando que a presença feminina tende a fortalecer os laços femininos dentro da escola. Quanto à percepção masculina, ou seja, quando questionadas sobre o que os professores demonstram pensar e como se comportam tendo uma administração só de mulheres, as respondentes relataram que eles não demonstram insatisfação e que não apresentam comportamento machista.

Não demonstram comportamento machista, se não gostam, disfarçam bem (Afrodite).

Penso que no fundo, não gostam, sabemos

que isso incomoda os homens sim, vivemos em uma sociedade machista, mas aqui na escola disfarçam (Gaia).

Nunca percebi até o presente momento um comportamento machista dos professores, acho que para eles é tranquilo (Artemis).

A conquista por parte das mulheres, associada a conquistas sociais, bem como diversas manifestações de gênero e sexualidade, vinculadas a barreira e preconceitos derrubados, parece não ter sido suficiente para diminuir ou eliminar a dominação masculina. A luta e as conquistas das mulheres ainda demandam resistências e avanços no sentido de transformar as relações históricas entre homens e mulheres. Não podemos nos esquecer de que as desigualdades existem e estão presentes, tanto no âmbito particular, como no coletivo. Para Cruz (2012, p. 144), a construção da masculinidade, bem como a da feminilidade, passam pela construção da identidade de gênero, a qual se transforma e inclui também a ideia de sexualidade.

Os desafios impostos para as conquistas de novos espaços (profissionais, sociais, políticos), à medida que são vencidos, trazem uma experiência prazerosa para as professoras, aumentando sua autoestima e as fazendo sentirem-se capazes, ao mesmo tempo em que as capacitam para novos desafios e conquistas.

Cabe destacar que, durante a pesquisa, três das sete respondentes

www.redor2018.sinteseeventos.com.br



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

salientaram que o fato de os homens deterem o poder econômico é elemento que dificulta o avanço das mulheres, e afirmaram que foram criadas em ambientes dominados por machistas, onde a voz do homem era decisão. Sendo assim, as expressões das professoras corroboram que:

A educação é uma das dimensões mais importantes para avaliar a desigualdade existente na sociedade, seja ela de gênero, racial, econômica ou regional. Nas últimas décadas, a educação brasileira foi marcada pela urgência de promover o acesso e a universalização da educação básica, respondendo tanto aos compromissos assumidos pelo Brasil no campo internacional, como também ao próprio processo de desenvolvimento socioeconômico nacional. Neste contexto, as agendas de gênero e de educação se ampliam e a política de promoção da igualdade de gênero na educação desenha metas paritárias, mas sem enfatizar as desigualdades de acesso dos grupos de mulheres, seja pelas diferenças entre mulheres rurais e urbanas ou pela desigualdade salarial entre homens e mulheres com o mesmo nível educacional (ROSEMBERG & MADSEN, apud BRASIL, 2013, p. 67).

Isso posto, salienta-se que: “A escola não é a alavanca da transformação social, mas essa transformação não se fará sem ela, não se efetivará sem ela. Ela tem sido o lugar do retrocesso social e político; ela nunca está em ‘primeiro lugar’ na questão social e política” (GADOTTI, 2008, p. 73). No entanto, a escola pode vir a sofrer modificações em suas estruturas. Para tanto, é necessário que professores e professoras se permitam estar em

constante processo de atualização, especialmente em relação às discussões sobre as diferenças e as relações de gênero, pois, como enfatiza Felipe e Guizzo:

O pouco conhecimento sobre as temáticas de gênero e sexualidade apresenta-se como um dos fatores pelos quais professores e professoras, na maioria dos casos, continuam ensinando, mesmo que “discretamente”, modos de ser e de se comportar de maneira diferente e desigual para meninos e para meninas (FELIPE e GUIZZO, 2008, p. 39).

Portanto, a implantação de momentos nos espaços de formação continuada, pensados para a discussão das temáticas voltadas para as diferenças, contribuirá não só para se repensar as aprendizagens relacionadas à construção das identidades de gênero, como também para repensar o lugar das diferenças nos espaços escolares.

Nesse sentido, os sujeitos que circulam o espaço da escola e do magistério se diversificam. Não obstante, entre as transformações que abalizam esse processo de mutação está a feminização do magistério, o que no Brasil é possível identificar ao longo da segunda metade do século XIX e que, por conseguinte, veio consentir a entrada da mulher na sala de aula na condição de discente e o seu predomínio como docente. O discurso a favor da instrução feminina aos poucos cresce, porém sempre articulado à educação dos filhos e filhas, o que tende a afetar o



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

caráter do magistério, inicialmente impondo a necessidade de professoras e, posteriormente, favorecendo a feminização da docência. Logo, o magistério, em seu processo de feminização, tende a tomar alguns atributos tidos como feminino, como a sensibilidade, o amor, o cuidado, entre outros, para assim poder ser reconhecido como uma profissão.

Sabe-se que a crescente participação da mulher no mercado de trabalho alterou o padrão de família constituído por um provedor masculino e uma cuidadora feminina. No novo modelo, a tendência predominante é a maioria dos homens investir seu tempo majoritariamente no mercado de trabalho, enquanto a maioria das mulheres se divide entre o trabalho remunerado e os cuidados da família.

Na sociedade contemporânea, contraditoriamente, percebe-se uma pressão social para que os pais participem mais dos cuidados cotidianos com os filhos e que também se envolvam mais afetivamente, já que existe no pensamento social a crença de que o pai é mais distante, inclusive emocionalmente. Por outro lado, os homens ainda têm de demonstrar que são os principais provedores do lar, e para eles, muitas vezes, não é fácil compartilhar os cuidados dos filhos e filhas com a companheira, pois correm o risco de ser desqualificados, desmotivados ou excluídos. Para que se

compreenda tal dinâmica deve-se reconhecer que tanto a maternidade como a paternidade são objetos que se encontram dispostos na realidade social desde o início da existência humana.

Os significados e práticas atribuídos a eles se modificaram de acordo com o tempo e com as sociedades. Entretanto, as mudanças ainda preservam resquícios do passado, apesar das novas roupagens que foram adquiridas, e por serem representações sociais relacionadas ao gênero, elas refletem as iniquidades e diferenças peculiares às relações entre homens e mulheres.

Compreende-se que a escola é considerada um espaço educativo onde a criança pode vivenciar experiências significativas de socialização, que contribuem para sua aprendizagem e desenvolvimento. É uma instituição educacional, mas não substitui a família, e seu maior cuidado consiste em assegurar as melhores condições para que as crianças entrem em contato com as pessoas e coisas do mundo, ampliando seu universo cultural. É senso comum que o principal pré-requisito para atuar profissionalmente em creches é gostar de crianças.

O trabalho docente nos níveis fundamental e médio sempre foi culturalmente considerado adequado para as mulheres de classe média, visto que



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

sustentava-se que a mulher era vocacionada a ser professora. Assim, a ideologia da feminilidade incorporava-se à escolha vocacional, a escolha do magistério como conveniente, porque lhe permitia conciliar a vida profissional, doméstica e familiar. É imperativo, então, contrapor-se a esse tipo de argumentação, visto que essa explicação não é válida.

Segundo Lewgoi (2009, p. 25), a profissão é uma atividade historicamente determinada pelo modo como a sociedade se organiza e, ao mesmo tempo, pelo resultado do desempenho da categoria profissional, isto é, do posicionamento e das respostas oferecidas por ela às demandas sociais dos distintos grupos e classes sociais.

Destarte, “os homens dominam coletiva e individualmente as mulheres. Esta dominação se exerce na esfera privada ou pública e atribui aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos” (LANG, 2001, p. 461). Tais privilégios precisam ser questionados e revistos. Essa dominação é abalizada por uma sociedade que outorga aos homens mais vantagens, por meio da designação de tarefas e funções de mais valor social, como empregos bem remunerados, cargos de direção ou de chefia ao sexo masculino. Quando ambos ocupam cargos iguais, os homens ganham melhores salários.

Dito isso, cabe ressaltar que em se tratando da educação, aqui em especial a educação pública da rede estadual de ensino de Sergipe, professor e professora recebe de forma igualitária o mesmo salário, entretanto, as mulheres ainda não são tratadas como iguais aos homens, a escola é dividida em espaços para professores e professoras, mesmo estando à professora em condição superior hierarquicamente. O machismo é imperativo e por vezes expressado por homens e também por mulheres.

As relações existentes na escola marcadas pelos seus tempos determinados, espaços e símbolos dizem quais lugares estão reservados também aos professores e as professoras. Esse fato acontece de maneira tão “natural” à comunidade escolar que não nos leva à percepção da concretização das diferenças dentro da escola. As situações que ocorrem na escola entre os/as professores/as, revelam possíveis opressões que acontecem através de gestos, movimentos e palavras. Essa dinâmica se torna tão natural que passa a constituir o ser professor e o ser professora, delimitando espaços e designando o comportamento ideal e esperado.

Assim, segundo Bourdieu (1999), as diferenças presentes nas relações de gênero estão fortemente representadas pelas trocas simbólicas, ou seja, as representações que



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

se estruturam nas instituições sociais, inclusive na escola. Sendo a escola um espaço de poder, faz-se necessário que segundo Bourdieu (1999), essa naturalização do poder da masculinidade se dá à medida que se eterniza a visão binária de macho e fêmea. De acordo com ele, essa visão vai sendo revalidada como uma ordem estabelecida e dessa forma fundada socialmente quase sem questionamentos, de modo bastante natural. Essas relações fazem com que as mulheres sejam mais cobradas quando ocupam cargos que seriam vistos na sociedade como voltados para o público masculino, como, por exemplo, executivas, motoristas, seguranças, prefeitas, vereadoras, presidentas, dentre outras atividades.

Assim,

A escola por seu caráter normativo e por seu papel de transmissora do conhecimento, também está contaminada pelo sexismo, que constitui o *código secreto* e silencioso que molda e discrimina o comportamento de meninas e meninos, mulheres e homens. Nesse ponto, cabe a ela o papel de romper os fundamentos científicos que discriminam a mulher, para não se converter em cúmplice ideológica da ciência e rompa, assim, a cadeia de transmissão do endocentrismo. A escola colabora eficazmente no esclarecimento do significado conceitual de ser menina e fará o mesmo com os meninos. Não o fará, porém, sempre de maneira clara e aberta, mas, na maioria das vezes, de forma dissimulada ou com certeza arrogante daquilo que, por ser tão evidente, não necessita sequer ser

mencionado nem muito menos explicado (CRUZ e FRANÇA, 2011, p. 172).

Dessa reflexão, é oportuno salientar que antes de tudo, a escola é um espaço de onde emanam ideias, dúvidas, hipóteses e tentativas que objetivam encontrar respostas; mas ela não é o único universo responsável pelas transformações sociais e ideológicas, mesmo sendo este um espaço privilegiado de debates sobre a construção da prática reflexiva de qualquer profissão. Igualmente, a ela devem se juntar outras instituições (a Igreja, a família), as quais, por sua vez, também têm promovido reflexões acerca do papel social da mulher e sua participação política e histórica. Contudo, segundo Carvalho (1998, p. 406), “há indicações de que nos cursos de magistério, tanto em nível da socialização quanto do aprendizado de psicologia, os saberes sobre cuidar quase sempre se reduzem a uma reiteração dos papéis e características considerados adequados à feminilidade”.

O papel da escola vai além de transferir conhecimentos. É na escola que adquirimos conhecimentos sim, mas também é nela que nos encontramos como sujeitos, bem como reconhecemos o outro como sujeito (Artemis).

A escola deve ser receptiva ao novo, ao diferente, isto é, nós devemos ser receptivas ao novo e ao diferente. Contudo, é aqui na escola que na maioria das vezes legitimamos nossos preconceitos (Era).



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Não somos preparadas/os na graduação para lidar com determinadas situações, lidar com as diferenças. Somos engessados para trabalhar com o que está posto, a escola é machista e contribuímos muito para isso (Oya).

Segundo Louro (2010), as escolas e também academias, em suas práticas, provam (des) continuidades, realizam deslocamentos e rupturas. As denúncias, as questões e as críticas feministas, bem como aquelas vindas dos estudos culturais, dos estudos negros, dos estudos gays e lésbicos, também estão produzindo resultados. Assim sendo, ainda que de formas talvez acanhadas, vemos hoje em escolas brasileiras experiências e iniciativas que procuram subverter as circunstâncias desiguais – de classe, raça, etnia, gênero – vividas pelos sujeitos.

Nesse contexto, é pertinente destacar que a escola há muito não é mais representada como o lugar neutro, dedicado exclusivamente à vivência do ensinar e do aprender. Assim, um passo importante para a compreensão da complexidade da escola é reconhecê-la como guardiã da diversidade, pois nela habitam e interagem alunos/as, pais/mães, professores/as e profissionais em geral, e cada um desses traz para a escola sua história de vida, sua expectativa social, seus valores, suas dificuldades e potencialidades, e juntos consagram relações sociais de toda ordem, conforme expressa Amaro (2011).

Destarte, faz-se necessário enfatizar que a escola e o magistério historicamente se transformam tendo em vista que são instituições sociais; e conforme Louro (2010), a feminização do magistério é a forma mais evidente nesse processo de transformação. Nesse ínterim, essa autora menciona que as formas como se dá essa feminização podem ter algumas características particulares, por mais que se aproximem das transformações evidenciadas em outros países, pois, no Brasil, algumas transformações sociais são evidentes ao longo da segunda metade do século XIX, que permitem não só a inserção das mulheres nas salas de aula, mas também o seu predomínio. Nesse sentido, Dantas Júnior (2010, p. 54) destaca que “a escola é um campo fértil às múltiplas possibilidades de experimentação”.

Dessa forma, professores e professoras passam a compartilhar as mesmas exigências de uma vida pessoal modelar, estabelecendo expectativas e funções diferentes para eles e para elas e são incumbidos de tarefas de algum modo distintas, separadas por gênero, visto que senhoras “honestas” e “prudentes” ensinam meninas, homens ensinam meninos. Trata-se de saberes distintos, isto é, currículos e programas para eles e para elas (diferenciados), pois os objetivos da formação é diferente, e as avaliações



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte
e Nordeste de Estudos e Pesquisas
sobre Mulher e Relações de Gênero

ocorrem de formas distintas, como expressa Louro (2010).

Portanto, a escola é um objeto histórico; ela abrange uma série de elementos presente no tempo com funções de intervir no processo de formação das sociedades. Contudo, através de seus objetivos, sendo intencionais ou não, ela atua diretamente na formação dos indivíduos que compõem essa sociedade e, por conseguinte, no processo histórico.

Percebe-se, assim, o caráter machista dentro dos currículos e programas, uma educação pensada por homens, a qual tem como objetivo a perpetuação do poder masculino e da subserviência da mulher. Contudo, entre avanços e recuos, historicamente a mulher foi se posicionando e ocupando cada vez mais o espaço escolar e as escolas de formação docente enchem-se de garotas, mas faz-se necessário salientar que esses cursos não passam a compor seus currículos, normas e práticas de acordo com as concepções hegemônicas do feminino, mesmo sendo esses cursos regidos por mulheres, visto que a mulher (re)produz comportamentos típicos do sexo masculino.

Ao que parece, professores e professoras foram e são objetos de representações como qualquer outro grupo social, assim se o magistério foi, de forma lenta mais com fervor, se feminizando, é perceptível que a

representação da atividade também foi se transformando. Assim, vê-se que o caráter de missão do educador, argumentando que ele é um vocacionado, ou seja, um sujeito destinado à tarefa educativa, tem suas raízes ancoradas na sociedade colonial brasileira, visto que a concepção missionária associava magistério e sacerdócio e, por conseguinte, ainda aprisiona o universo de representações do profissional num círculo de difícil rompimento, conforme salienta Nunes (2000).

Diante do exposto, percebe-se a necessidade de desenvolver uma postura crítica em relação aos processos de naturalização da diferença, embora reconheçamos que desigualdades sociais e políticas acabam sendo inscritas nos corpos, a saber: corpos de homens e mulheres que tornam-se diferentes por meio dos processos de socialização.

Assim, a escola é parte da sociedade e por sua vez é, portanto, influenciada pelos modos de pensar e de se relacionar da (e na) sociedade, ao mesmo tempo em que influencia os sujeitos, contribuindo para suas transformações. A opressão existe e está presente em nossa sociedade e nas instituições que a compõe. No caso da instituição escolar ela está presente nas relações empreendidas entre: meninos e meninas, professores e professoras e,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

também, entre os outros sujeitos que fazem parte dos grupos sociais.

Breves Apreciações Conclusivas

Ao analisar as relações de gênero, diversidade e a (re)construção das diferenças na escola, os relatos apontam uma tendência à naturalização das diferenças no cotidiano de trabalho, bem como no seio familiar.

Segundo as respondentes, a escola e a família são instituições fundamentais na formação humana, ética, técnica e profissional dos indivíduos. Estes pilares da sociedade fortalecem direitos e deveres, a liberdade, a transparência, princípios coletivos, enfim, propiciam a construção de uma civilização mais preparada para lidar com a vida. Os resultados obtidos permitem concluir que ao arrancarem-se e serem arrancadas do lar, as mulheres, antes só percebidas como mulheres submissas e passivas, escravas obedientes dos maridos, tornam-se um exército que tende a lutar pelos seus próprios direitos, bem como pelos direitos e interesses da humanidade.

As relações de gênero da e na escola se reproduzem com muita fertilidade entrelaçadas pelo poder, pelo poder em todas as suas dimensões: o poder do Estado, da escola, do/a professor/a, da/o aluno/a, do homem, da mulher, etc., como um reflexo do todo social no qual a escola está inserida. Um conjunto de fatores que

contribuem para essa reprodução, a saber: relações de poder e hierarquia entre homens e mulheres, escolhas profissionais individuais, situação do mercado de trabalho, transformações sociais, representações sociais do masculino e do feminino, possibilidade de acesso à formação profissional, entre outros. Entretanto, esses fatores não aparecem isolados e, portanto, a superação da divisão sexual do trabalho pode exigir que tais fatores sejam trabalhados de forma conjunta.

Os resultados obtidos questionam as relações de gênero estruturantes de guetos sexuais na educação escolar, trazem inquietudes e interrogações, visto que, concebidas a priori como seres incompletos, sujeitos a um constante aprendizado, a uma educação continuada, as respondentes sempre se questionavam: como devemos atuar na condição de professora nessa sociedade de sucessivas e apressadas mudanças? Como devemos digerir o conteúdo teórico formador, a gama de recursos tecnológicos e a nossa prática pedagógica?

Devemos considerar que os sujeitos sociais que frequentam a escola, como estudantes, docentes, entre outros/as, também estão na sociedade vivenciando e reproduzindo, mesmo que de maneira inconsciente, relações machistas,



XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

produzidas e reproduzidas cotidianamente, dentro e fora da escola, fazendo parte de ambientes sociais mais amplos de meninos e meninas, homens e mulheres.

No entanto, essa instituição parece que mais ajuda na manutenção e legitimação da divisão sexual do trabalho do que na sua subversão, pois, ao mesmo tempo em que prepara profissionais para atividades “masculinas” e “femininas”, também reproduz ações e discursos que naturalizam essa divisão.

REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita Teresinha Alves. **Serviço Social na educação**: bases para o trabalho profissional. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

AUAD, Daniela. **Educar meninos e meninas**: relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto, 2006.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Novembro, 2013. 170 pg.

CARVALHO, Marília Pinto de. Gênero e Trabalho docente: Em busca de um referencial teórico. In: BRUSCHINE, Cristina, HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Orgs.). **Novos Estudos de Gênero no Brasil**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Ed, 34. 1998, p. 379-409

CRUZ, Maria Helena Santana. **Mapeando diferenças de gênero no ensino superior da Universidade Federal de Sergipe**. São

Cristóvão: Editora UFS, 2012.

_____. Refletindo sobre a diversidade de gênero e o campo da Educação. In: **Revista Saberes em Perspectivas**, v. 2, nº 2, p. 13-32, jan/abr, 2012.

CRUZ, Maria Helena Santana; FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Educação feminina**: memória e trajetórias de alunas do Colégio Sagrado Coração de Jesus em Estância-Sergipe (1950-1970). São Cristóvão: Editora UFS, 2011.

DANTAS JUNIOR, Hamilcar Silveira. **Jogos da Primavera de Sergipe**: tradição, espetáculo e “esportivização da escola” (1964-1995). São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010.

FELIPE, Jane. E GUIZZO, Bianca Salazar. Entre batons, esmaltes e fantasias. In: MEYER, Dagmar; SOARES, Rosângela (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. 2. Ed. Porto alegre: Mediação, 2008, p. 31-40.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. 15. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social**: desafios para a formação e exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós-estruturalista. 11 ed. Petrópolis, RJ: Vozes 2010.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**: a poesia da ação. Bragança Paulista, SP: EDUSF, 2000.

SARDENBERG, Cecilia M. B. **O enfoque de gênero**: fundamentos teóricos e aspectos práticos. Salvador: Ed. NEIM/UFBA, 1998.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. In: **Estudos Feministas**. v. 9, n. 2, Florianópolis, 2001, p. 452-468.